

BALANÇO CONTÁBIL 2023



SANTA CASA
DE PONTA GROSSA



HOSPITAL DO BEM DESDE 1912

Diretor Técnico: Dr. Rogério Santos Clemente - CRM-PR: 12841 / RQE: 6934

A T I V O

CIRCULANTE	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.131.176,25	15.704.297,29
Caixa	25.368,12	30.665,82
Banco C/Movimento – Recursos sem Restrição	103.286,33	11.795.975,93
Banco C/Movimento – Recursos com Restrição	527,02	463.295,49
Aplicações Financeiras - Recursos Sem Restrição	111.595,32	2.083.418,82
Aplicações Financeiras - Recursos Com Restrição	890.399,46	1.330.892,15
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas		49,08
Créditos a Receber	14.920.437,43	23.659.959,42
Créditos de Operações com Plano Assistência a Saúde	-	-
Outros Créditos	1.465.781,63	3.045.044,07
Convênios a Receber	14.531.749,46	19.708.338,46
(-) Prov. Dev. Duvidosos	(1.299.979,32)	(647.755,65)
Títulos de capitalização	222.885,26	1.554.332,54
Estoques	2.306.212,22	2.749.296,07
Despesas do Exercício Seguinte	542.477,84	11.000,33
TOTAL DO CIRCULANTE	18.900.303,74	42.124.553,11
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo	3.886.083,11	4.852.296,77
Títulos a Receber	3.593.573,91	4.784.032,76
Títulos de capitalização	150.000,00	-
Investimentos	142.509,20	68.264,01
Imobilizado	79.375.901,05	29.946.839,78
Bens Sem Restrição	59.850.153,78	48.630.244,53
Bens Com Restrição	16.588.924,43	15.195.719,45
(-) Depreciação Acumulada	(38.731.022,76)	(34.629.919,79)
Reavaliação Patrimoniais	37.486.436,86	-
(-) Depreciação Acumulada Reavaliação Patrimoniais	(500.854,31)	-
Imobilizações em Andamento	4.682.263,05	750.795,59
TOTAL NÃO CIRCULANTE	83.261.984,16	34.779.136,55
TOTAL DO ATIVO	102.162.287,90	76.923.689,66

PASSIVO

CIRCULANTE

2023**2022**

Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	394.015,46	426.958,36
Prestadores de Serviços de Assistência À Saúde	5.739.312,99	6.049.268,54
Fornecedores Diversos	7.305.277,16	6.876.066,67
Emprést. Bancários e Financiamentos	13.165.540,12	12.447.028,37
Obrigações com Funcionários	5.980.730,24	4.856.719,14
Obrigações Sociais	1.110.160,98	1.082.928,64
Obrigações Tributárias	534.728,74	464.937,11
Outras Obrigações	67.760,31	93.568,47
Recursos de Convênios em Execução	292.803,21	-

TOTAL DO CIRCULANTE**34.590.329,21****32.297.475,30**

NÃO CIRCULANTE

Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	357.202,00	548.079,18
Empréstimos e Financiamentos	29.521.910,04	37.584.355,13
Provisão para Contingências	62.051,46	32.675,46
Receitas Antecipadas	-	-
Outras Obrigações	1.063.236,00	62.496,00
Subvenções a Realizar	8.762.193,69	8.938.908,74

TOTAL NÃO CIRCULANTE**39.766.593,19****47.166.514,51**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimonio Social	(2.540.300,15)	3.416.165,42
Doações Patrimoniais	10.000.000,00	-
Reavaliações Patrimoniais	36.985.582,55	-
Superávit/Déficit Acumulado	-	-
Superávit/Déficit do Período	(16.639.916,90)	(5.956.465,57)

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**27.805.365,50****(2.540.300,15)****TOTAL PASSIVO+PATRIMÔNIO LÍQUIDO****102.162.287,90****76.923.689,66**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA	2023	2022
Contraprestações Efetivas de Oper. de Assistência a Saúde	-	-
Contraprestações Líquidas/Prêmios Retidos	-	-
Variação das Provisões Técnicas	-	-
Eventos/Sinistros Indenizáveis Líquidos	(55.740,39)	(377.332,13)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	-
Recuperação de Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	-	-
Outras Recuperações/Ressarc./Deduções de Eventos/Sinistros	(55.740,39)	(377.332,13)
Variação da Provisão de Eventos	-	-
Outras Receitas Operacionais de Plano de Assistência a Saúde	-	-
Resultado das Operações com Planos Assist á Saude	(55.740,39)	(377.332,13)
Outras Receitas Oper.de Assist. à Saúde Não Relac.c/Pl.de Saúde	127.701.650,07	131.977.693,04
Receitas Operacionais	104.047.432,06	115.163.561,75
Doações de Órgãos Públicos	-	-
Receitas C/Doações	2.572.822,93	597.617,41
Subvenções P/Investimentos	1.569.920,03	1.656.755,30
Subvenções P/Custeio	6.753.687,06	1.777.786,63
Receitas C/Irmãos	480,00	6.905,19
Isenções Sociais Usufruídas	12.757.307,99	12.775.066,76
TOTAL DAS RECEITAS	127.645.909,68	131.600.360,91
Gratuidades	-	-
Deduções, Glosas e Abatimentos	(1.928.003,32)	(1.088.683,85)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	125.717.906,36	130.511.677,06
Custo dos Serviços Prestados	(102.889.258,89)	(106.104.899,12)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL BRUTO	22.828.647,47	24.406.777,94
Despesas Gerais e Administrativas	(20.831.029,71)	(14.921.910,47)
Receitas Eventuais	259.350,33	1.533.925,93
Recuperações Diversas	-	-
Isenções Sociais Usufruídas	(12.757.307,99)	(12.775.066,76)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(33.328.987,37)	(26.163.051,30)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(10.500.339,90)	1.756.273,36
Receitas Financeiras	1.890.680,66	672.074,73
Despesas Financeiras	(8.030.257,66)	(4.872.267,04)
Superávit/Déficit do Período	(16.639.916,90)	(5.956.465,57)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

1. Fluxos de Caixa das Atividades Operações:	2023	2022
Déficit/Superávit do Período	(16.639.916,90)	(5.956.465,57)

Ajustes para Reconciliar o Resultado do Exercício

Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	52.489,01	172.340,09
Depreciação/Amortização	4.687.998,76	4.116.958,98
Créditos Operacionais a Receber Plano e Saúde	-	221.157,71
Créditos de Operações Não relac.c/Plano Assist.a Saúde	1.579.262,44	(1.969.805,99)
PCLD	652.223,67	(62.945,53)
Créditos a Receber	2.371.906,13	(2.550.358,12)
Clientes a Receber	5.176.588,60	3.931.204,83
Estoques	443.083,85	238.379,94
Despesas do Exercício Seguinte	(531.447,51)	397.941,77
Provisões Técnicas de Oper.Assist.Médico-Hospitalar	(32.942,90)	(52.928,08)
Déb.Oper.Assist.à Saúde Não Relac.c/Planos Saúde Operadora	(309.955,55)	(3.376.499,40)
Fornecedores	429.210,49	(2.514.876,40)
Débitos a Pagar	2.005.089,73	(1.887.070,14)
Provisão para Contingências	29.376,00	(400.046,92)
Subvenções Sociais	116.088,16	(1.627.232,10)

(=) Caixa Gerado pelas Operações	29.023,98	(11.320.244,93)
---	------------------	------------------------

2. Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos:

Aquisições ou baixa de Investimentos	(74.245,19)	(68.264,01)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(54.169.549,04)	(1.905.361,87)
Doações Patrimoniais	10.000.000,00	-
Reavaliações Patrimoniais	36.985.582,55	-

(=) Caixa Gerado pelos Investimentos	(7.258.211,68)	(1.973.625,88)
---	-----------------------	-----------------------

3. Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamentos:

Empréstimos de Curto Prazo	718.511,75	6.811.484,65
Empréstimos de Longo Prazo	(8.062.445,09)	14.923.047,37

(=) Caixa Gerado pelos Financiamentos	(7.343.933,34)	21.734.532,02
--	-----------------------	----------------------

Variação nas Atividades Operacionais	(14.573.121,04)	8.440.661,21
---	------------------------	---------------------

Aumento/Redução Líquida das Disponibilidades	(14.573.121,04)	8.440.661,21
---	------------------------	---------------------

Disponibilidades no Início do Exercício	15.704.297,29	7.263.636,08
Disponibilidades no Final do Exercício	1.131.176,25	15.704.297,29

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social em 31/12/2023

Contas	Patrimônio Social	Déficit Acumulados	Doações Patrimoniais	Reavaliações Patrimoniais	Resultado do período	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2021	2.900.957,40	(5.035.204,30)	-	-	5.550.412,32	3.416.165,42
Superávit/Déficit Acumulados	515.208,02	5.035.204,30	-	-	(5.550.412,32)	-
Superávit do Período	-	-	-	-	(5.956.465,57)	(5.956.465,57)
Saldo em 31/12/2022	3.416.165,42	-	-	-	(5.956.465,57)	(2.540.300,15)
Superávit/Déficit Acumulados	(5.956.465,57)	-	-	-	5.956.465,57	-
Doações Patrimoniais	-	-	10.000.000,00	-	-	10.000.000,00
Reavaliações Patrimoniais	-	-	37.486.436,86	-	-	37.486.436,86
(-) Deprec. Reavaliações Patrimoniais	-	-	-	(500.854,31)	-	(500.854,31)
Superávit do Período	-	-	-	-	(16.639.916,90)	(16.639.916,90)
Saldo em 31/12/2023	(2.540.300,15)	-	10.000.000,00	36.985.582,55	(16.639.916,90)	27.805.365,50

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31/12/2023

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, constituída em 08/12/1912, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, em caráter filantrópico e beneficente, que tem por finalidade principal a assistência à saúde. A entidade aplica seus recursos e eventual resultado operacional, integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais, bem como, não distribui resultados, dividendos bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, sob nenhuma forma e, não percebem seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalentes, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos. Encontra-se registrado no Cartório Privativo de Registro Civil de Pessoas Jurídicas sob n.º 314 Livro A-1 em 28/11/94, representada atualmente por seu provedor Gessi Jame Moreira, eleito pela Assembleia Geral Ordinária, realizada em 08/12/2021, tomando posse em 09/02/2022 para o triênio 2022/2025. A Entidade é Certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como entidade de fins filantrópicos.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Caixa e Equivalentes de Caixa – Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa, depósitos à vista em conta bancária e aplicações financeiras, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata dia até a data do balanço sendo

que estas aplicações são realizadas em instituições financeiras de reconhecida solidez.

b) Contas a receber de clientes – As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e enviado às Operadoras de Planos de Saúde, aos gestores do SUS e de contas particulares ainda não recebidas.

c) Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa – EPCLD – Esta estimativa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos e foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, levando-se em consideração a inadimplência ocorrida nos últimos cinco anos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

d) Estoques – Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição e não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço.

e) Imobilizado – Os ativos imobilizados são registrados: (a) pelo custo de aquisição ou construção. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como custo ou despesa quando incorrido.

f) Depreciação do Imobilizado – A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo método linear e de acordo com as taxas estabelecidas na legislação vigente, consideradas adequadas pela administração.

g) Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões de férias e encargos foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações envolvendo essas provisões poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas.

h) Financiamentos e Parcelamentos - Os financiamentos bancários e os parcelamentos de tributos estão apresentados pelo principal acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço.

i) Receitas e Despesas – As receitas e despesas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência, exceto as receitas de doações e subvenções que são reconhecidas de acordo com a realização das despesas a elas vinculadas. As receitas da Entidade foram aplicadas integralmente em território nacional, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais. Foi reconhecida como receita a isenção tributária e como despesa o valor do benefício tributário referente à cota patronal do INSS e da COFINS, obtido pelo direito de possuir o Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social.

j) Apuração do resultado – O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato, valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidos no resultado.

k) Ativo e Passivo Circulante – Os ativos e passivos de até 360 dias estão demonstrados no circulante.

l) Obrigações Trabalhistas – As obrigações trabalhistas, sociais e tributárias foram registradas de acordo com o quadro de funcionários, as provisões e os encargos delas decorrentes, estando os referidos encargos registrados pelo valor histórico.

m) Contas a Pagar a Fornecedores – Os valores a pagar à fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e estão sujeitas a juros, e estão incluídos os valores negociados com os fornecedores através de termos de confissão de dívida.

n) Contas a Pagar de Honorários Médicos – Os valores a pagar referentes a honorários médicos são obrigações geradas a partir de atendimentos de médicos a pacientes internados e ambulatoriais.

o) Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – Foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/09 e também com a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), sendo utilizado o método de fluxo de caixa indireto.

NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

	2023	2022
CAIXA	25.368,12	30.665,82
BANCOS CONTA MOVIMENTO	103.813,35	12.259.271,42
BANCOS CONTA VINCULADA E APLICAÇÕES	1.001.994,78	3.414.360,05
TOTAL CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.131.176,25	15.704.29729

NOTA 4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

Clientes	2023	2022
TOTAL	14.361.314,08	21.835.007,09

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas dos seus recebíveis.

DESCRIÇÃO	2023	2022
(-) Provisão para Devedores	1.299.979,32	647.755,65

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Medicamentos - E	528.131,68	952.839,97
Materiais Hospitalar - E	560.781,69	988.263,80
Materiais de Expediente - E	37.053,49	55.301,97
Materiais de Manutenção e Conservação - E	130.295,87	127.352,54
Nutrição - E	48.324,72	50.049,83
Materiais e Medicamentos CDI - E	131.650,21	199.140,09
Materiais de Limpeza e Higiene - E	59.586,87	32.228,95
Uniformes e EPI's - E	17.934,00	21.780,22
Oxigênio - Gases Medicinais - E	37,458,61	21.978,56
Material de Uso e Consumo - E	34.056,50	33.566,88
Materiais de Laboratório - E	140.199,16	216.539,47

Órteses e Próteses - E	84.246,24	50.253,79
Materiais TRS - E	111.291,94	-
Mat e Med Oncologia - E	385.201,24	-
TOTAIS ESTOQUE	2.306.212,22	2.749.296,07

NOTA 7 – IMOBILIZADO

As imobilizações estão registradas pelo custo de aquisição ou construção. Os valores representados contabilmente não superam aos de mercado, por realização ou uso. A depreciação está calculada sobre os valores de aquisição pelo

DESCRIÇÃO	2022	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIÇÃO	2023
EDIFICAÇÕES	21.989.444,80	443.384,86	0,00	720.400,68	0,00	23.153.230,34
TERRENOS	673.000,00	7.500.000,00	0,00	0,00	0,00	8.173.000,00
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	4.893.284,30	455.529,21 (65.340,70)		269.443,61	0,00	5.552.916,42
MÁQUINAS E EQUIP.	5.503.707,93	943.172,10 (47.000,00)		0,00	0,00	6.399.880,03
APARELHOS DE MEDICINA	12.129.779,75	589.310,39	0,00	0,00	0,00	12.719.090,14
INSTR. DE MEDICINA E CIR.	636.129,17	0,00	0,00	0,00	0,00	636.129,17
EQUIPAMENTOS INFORM.	2.657.708,58	143.678,91 (26.189,79)		103.519,98	0,00	2.878.717,68
VEÍCULOS	147.190,00	42.961,19	0,00	147.038,81	0,00	337.190,00
(-) Dep. de Edificações	(9.858.644,87)	0,00	0,00	0,00	(896.686,47)	(10.755.331,34)
(-) Dep. de Maq e Equip	(4.506.082,40)	0,00	30.902,33	0,00	(235.052,14)	(4.710.232,21)
(-) Dep. de Ap de Medicina	(7.708.916,13)	0,00	0,00	0,00	(895.191,38)	(8.604.107,51)
(-) Dep. de Instr de Med	(428.987,34)	0,00	0,00	0,00	(36.006,56)	(464.994,50)
(-) Dep. de Sist de Informática	(2.331.140,80)	0,00	25.829,98	0,00	(191.594,61)	(2.496.905,43)
(-) Dep de Móveis e Utensílios	(3.526.279,79)	0,00	29.309,17	0,00	(325.182,05)	(3.822.152,67)
(-) Dep de Veículos	(13.057,15)	0,00	0,00	0,00	(37.511,21)	(50.568,36)
Reavaliação de Terrenos	0,00	19.521.000,00	0,00	0,00	0,00	19.521.000,00
Reavaliação Edificação	0,00	14.335.595,10	0,00	0,00	0,00	14.335.595,10
Reavaliação Aparelhos de Medicina e Cir	0,00	1.977.244,17	0,00	0,00	0,00	1.977.244,17
Reavaliação Equipamentos e Sist. Inform.	0,00	28.830,07	0,00	0,00	0,00	28.830,07
Reavaliação de Móveis e Utensílios	0,00	76.276,20	0,00	0,00	0,00	76.276,20
Reavaliação de Máquinas e Equipamentos	0,00	1.547.491,32	0,00	0,00	0,00	1.547.491,32
(-)Reavaliação Edificação	0,00	0,00	0,00	0,00	(164.855,70)	(164.855,70)
(-)Reavaliação Móveis e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00	(9.807,06)	(9.807,06)
(-)Reavaliação Aparelhos de Med Cirurgia	0,00	0,00	0,00	0,00	(170.238,06)	(170.238,06)
Reavaliação Equipamentos e Sist. Informática	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.318,65)	(6.318,65)
(-)Reavaliação Máquinas e Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	(149.634,84)	(149.634,84)
MÓVEIS E UTENSÍLIOS SUB	234.178,14	0,00	0,00	0,00	0,00	234.178,14
MÁQUINAS E EQUIP. SUB	9.678.512,38	261.754,98	0,00	0,00	0,00	9.940.267,36
EQUIP. E SIST. DE INFOR. SUB	24.055,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.055,00
APARELHOS DE MEDICINA SUB	4.814.100,01	1.131.450,00	0,00	0,00	0,00	5.945.550,01
EDIFICAÇÕES SUBVENÇÃO	251.298,72	0,00	0,00	0,00	0,00	251.298,72
VEÍCULOS SUB	193.575,20	0,00	0,00	0,00	0,00	193.575,20
(-)Dep de Sistemas de Informática sub	(13.230,69)	0,00	0,00	0,00	(4.811,16)	(18.041,85)
(-)Dep de Maquina e Equipamentos sub	(2.787.470,19)	0,00	0,00	0,00	(966.282,20)	(3.753.752,39)
(-)Dep de Ap de Medicina sub	(3.141.689,70)	0,00	0,00	0,00	(541.766,15)	(3.683.455,85)
(-)Dep de Móveis e Uten sub	(214.382,78)	0,00	0,00	0,00	(8.293,60)	(222.676,38)
(-)Dep de Edificações sub	(32.286,10)	0,00	0,00	0,00	(10.051,92)	(42.338,02)
(-)Dep Veículos sub	(67.751,25)	0,00	0,00	0,00	(38.715,00)	(106.466,25)
EDIFICAÇÃO EM ANDAMENTO	126.035,65	0,00	0,00	(1.449.042,10)	0,00	0,00
Edificação em Andamento - Ala 100	0,00	269.010,55	0,00	(213.367,80)	0,00	55.642,75
Edificação em Andamento - Ala 200	0,00	63.163,36	0,00	(54.163,36)	0,00	9.000,00
Edificação em Andamento - Gastro	0,00	646.153,86	0,00	0,00	0,00	646.153,86
Edificação em Andamento - Torre	0,00	115.322,71	0,00	623.208,99	0,00	738.531,70
Edificação em Andamento - Evangélico	0,00	2.647.978,14	0,00	0,00	0,00	2.647.978,14
EXPANSÃO ONCO - RECURSO PRÓPRIO	356.997,02	0,00	0,00	0,00	0,00	356.997,02
CONSÓRCIO EM ANDAMENTO	267.762,92	107.235,47	0,00	(147.038,81)	0,00	227.959,58
TOTAL	29.946.839,78	54.169.549,04 (52.489,01)	0,00	0,00	(4.687.998,76)	79.375.901,05

NOTA 8 – FORNECEDORES

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2023	2022
FORNECEDORES	7.305.277,16	6.876.066,67

NOTA 9 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Os valores contabilizados neste subgrupo apresentam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2023	2022
IRRF a Recolher Funcionários	345.141,52	213.565,12
IRRF a Recolher Pessoa PF	23.679,13	23.708,90
IRRF a Recolher Pessoa PJ	39.876,81	48.019,74
CSSLL/PIS/COFINS a	126.031,28	179.643,35
TOTAL OBRIGAÇÕES FISCAIS	534.728,74	464.937,11

NOTA 10 – DÉBITOS COM FUNCIONÁRIOS

Os estoques foram avaliados pelo custo médio, e a composição dos estoques é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Bolsistas e Estagiários		
Ordenados e Salários	23.679,13	23.708,90
Provisão e Férias	39.876,81	48.019,74
Sindicatos a recolher	126.031,28	179.643,35
Processos Jurídicos Funcionários a pagar		
Cantina Desconto	528.131,68	952.839,97
Santander	560.781,69	988.263,80
Materiais de Expediente - E	37.053,49	55.301,97
Materiais de Manutenção e Conservação - E	130.295,87	127.352,54
Nutrição - E	48.324,72	50.049,83
Materiais e Medicamentos CDI - E	131.650,21	199.140,09

NOTA 11 – EMPRÉSTIMOS

BANCO	Nº PARC	JUROS	2023	2022
CAIXA	36	0,69%am	1.962.497,24	3.067.614,02
CAIXA	60	0,62%am	4.915.835,29	5.854.654,92
CAIXA	120	0,62am	4.035.592,76	14.726.000,00
BRDE	96	2,5%AA+TJLP	0,00	92.158,21
BRADESCO	33	0,76%am	0,00	779.463,72
BRADESCO	36	0,79%am	0,00	403.925,19
BRADESCO	75	0,79%am	5.727.422,24	7.372.853,01
SANTANDER	72	0,87%am	6.273.719,01	8.949.041,38
SANTANDER	72	0,37%am	5.144.100,00	0,00
FOMENTO	68	4,5%aa	1.334.324,50	1.429.633,39
UNIPRIME	114	0,50%am	3.442.975,76	3.726.391,08
UNIPRIME	60	0,50%am	884.367,97	0,00
UNICRED	78	0,37%am	956.216,03	0,00
UNICRED	78	0,45%am	1.500.000,00	0,00
UNICRED	73	0,45%am	500.000,00	0,00
BANCO DO BRASIL	Cartão de Crédito	15,48%am	B499.900,00	490.000,00
UNIPRIME	Cheque Especial	0,65%am	247.827,97	0,00
SICREDI	Cheque Especial	0,50%am	266.106,99	1.499.999,99
SICREDI	Cheque Especial	0,50%am	425.131,27	499.999,99
SICOOB	Cheque Especial	1,50%am	2.571.433,13	1.139.648,60
TOTAL			42.687.450,15	50.031.383,50

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade responde a algumas reclamatórias trabalhistas e ações judiciais cíveis. Com base na opinião de sua assessoria jurídica, fundamentada nas circunstâncias específicas de cada ação ou impugnação, a entidade, se valendo do que dispõe a NBC TG 25, aprovada pela resolução CFC nº 1.180/2009, foram constituídas as devidas provisões civil e trabalhistas. Ainda de acordo com a mesma opinião, as causas avaliadas com possíveis perdas, foram estimadas no valor de R\$ 13.130.187,19.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisões para Ações Cíveis	32.051,46	32.675,46
Provisão para Contingências Trabalhistas	30.000,00	0,00
TOTAL	62.051,46	32.675,46

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária – No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 no sentido da perda dos efeitos de decisões individuais transitadas em julgado, a partir de mudança posterior de entendimento da corte, em questões tributárias. As decisões individuais transitadas em julgado foram analisadas pelos nossos assessores jurídicos externos e não identificamos nenhum caso em que houve modificação do entendimento pelo Supremo Tribunal Federal posteriormente, em controle de constitucionalidade. Continuamos monitorando o tema, que podem trazer no futuro rediscussão sobre outros temas que já possuem o trânsito em julgado favoráveis, mas somente a partir de agora os fiscos municipais, estaduais e federal trarão novamente as discussões à tona.

Atendimento SUS

Nro Pacientes/Dia SUS	78,16%	70,21%
Atendimento Ambulatoriais SUS	10,00%	10,00%
Atenção	6,00%	6,00%
Total % Atendimento SUS	94,16%	86,21%

NOTA 15 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2023, a Entidade possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, em valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

NOTA 16 – SUBVENÇÕES

No ano de 2023 a Entidade recebeu recursos.

DESCRIÇÃO	2023
Convênio 165/2023 - Estadual - Custeio	2.755.716,74
Convênio 922626/2021 - Federal - Equipamentos	1.651.020,65
Doação Receita Federal - Equipamentos Informática	642.659,29
TOTAL	5.049.396,68

NOTA 17 – RESSARCIMENTO SUS

O ressarcimento ao SUS no montante de R\$ 751.217,46, que vem sendo cobrado da operadora refere-se a atendimento aos usuários da operadora em rede hospitalar e UPA's, informações essas extraídas do site da Agência Nacional da Saúde - ANS. Esses atendimentos quando cobrados indevidamente pela Agência Nacional da Saúde são recusados aguardando decisão da mesma, e quando realmente devidos esses atendimentos os avisos de cobranças são pagos. Estão compostos como segue:

	2023	2022
Ressarcimento ao SUS - GRU	14.168,20	12.944,79
Ressarcimento ao SUS - (5hc x ABI)	143.804,16	192.231,59
Ressarcimento ao SUS Parcelado Curto Prazo	236.043,08	221.781,98
Total Curto Prazo	39.015,46	426.958,36
Ressarcimento ao SUS Parcelado Longo Prazo	357.202,00	548.079,18
Total Curto + Longo Prazo	751.217,46	975.037,54

NOTA 18 – REAVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Em julho de 2023 foi feita reavaliação patrimonial com base nos laudos elaborados pela empresa ROSFIL – Gerenciamento Patrimonial Ltda, durante o período de outubro de 2021, de acordo com o disposto na NBC TG 1000 (R1) – CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS, Item 17.15 B, que discorre:

“17.15B A entidade, se permitido por lei, deve mensurar um item do imobilizado cujo valor justo possa ser mensurado de forma confiável ao valor reavaliado, sendo seu valor justo na data da reavaliação menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas acumuladas subsequentes por redução ao valor recuperável. As reavaliações devem ser feitas com regularidade suficiente para garantir que o valor contábil não difira significativamente daquele que seria determinado utilizando o valor justo no final do período. Os itens 11.27 a 11.32 fornecem orientação sobre como determinar o valor justo. Se um item do imobilizado for reavaliado, toda a classe do imobilizado à qual pertence o ativo deve ser reavaliada. “

NOTA 13 – ISENÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Conforme o artigo 29 da Lei 12.101/09 Entidade Beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91:

CONTRIBUIÇÕES	2023	2022
20% s/ folha e autônomos	6.616.985,31	6.467.242,44
5% RAT/SAT	923.413,95	953.138,50
5,8% Terceiros	1.818.293,88	1.771.903,98
Contribuição da Seguridade Social (COFINS)	3.398.614,85	3.582.781,83
Contribuição (CSLL) sobre lucro	0,00	0,00
TOTAL	12.757.307,99	12.775.066,75

NOTA 14 - OFERTA DOS SERVIÇOS PARA O ANO DE 2023

No ano de 2023 foram ofertados ao SUS Sistema Único de Saúde, o total de 168 leitos, pertencentes ao Hospital. Durante o exercício de 2023, a quantidade de internações prestadas através do convênio corresponde em média a 78,16% de paciente dia e a quantidade de procedimentos prestados corresponde em média 94,16% de atendimentos a pacientes, conforme demonstra quadro abaixo: Os atendimentos dos meses de junho a dezembro de 2023 foram pegos do sistema próprio da Instituição, já que no Ministério da Saúde só estava atualizado até o mês de maio de 2023, devido atualização do sistema do Ministério da Saúde não estar disponível.

Pacientes/Dia	2023		2022	
	Quant	%	Quant	%
Nro. Pacientes/Dia SUS	34.061		33.661	
Nro. Pacientes/Dia Não SUS	9.520		14.285	
Total de Pacientes Dia	48.581	78,16%	47.946	70,21%
Atendimentos Ambulatoriais				
SUS	300.083		317.725	
Não SUS	155.748		190.547	
Total Atendimentos Ambulatoriais	455.831	65,83%	508.272	62,51%
Atenção a:				
I - atenção obstétrica e neonatal;	S	1,50%	S	1,50%
II - atenção oncológica;	S	3,00%	S	3,00%
III - atenção às urgências e emergências;	S	4,50%	S	4,50%
IV - atendimentos voltados aos usuários de álcool, crack e outras drogas;	S	4,50%	S	4,50%
V- hospitais de ensino;	S	6,0%	S	6,0%
Total		6,0%		6,0%

NOTA 20 – RESCISÃO COM CONVÊNIO SAS

Em abril de 2023 foi feita rescisão do contrato do SAS convênio feito com Estado, deixando de nos gerar uma receita significativa.

NOTA 21 – PERDAS SOBRE CRÉDITOS

No ano de 2023 efetuamos as baixas dos valores a receber do período de 2013 a 2021 como perdas sobre créditos, resultando um aumento significativo nessa despesa.

NOTA 22 – PARCELAMENTO FGTS

Foram contabilizados no ano de 2023 a atualização dos juros sobre referente aos contratos parcelamentos de FTGS da folha de pagamento.

NOTA 23 – DA INCORPORAÇÃO DO RESULTADO

A Entidade incorporou o resultado do déficit de 2022 no valor de R\$ 5.956.465,57. Resultando em um Patrimônio Social negativo de R\$2.540.300,15.

Assinado de forma digital por GESSI JAME MOREIRA:05964970915
Dados: 2024.02.26 09:47:10 -03'00'

**GESSI JAME MOREIRA
PROVEDOR
CPF 059.649.709-15**

Assinado de forma digital por CLAUDINEIA LOPES DA SILVA:00490795900
Dados: 2024.02.26 09:47:27 -03'00'

**CLAUDINEIA LOPES DA SILVA
CO-CRC-PR 53.549/0
CPF 004.907.959-00**

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

A Diretoria da

Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa

Porto Alegre, 02 de fevereiro de 2024.

Em conexão com nossos trabalhos de Auditoria Externa relacionados à emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, declaramos que a Schmitt Auditores S/S é independente em relação à Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa e não houve conflito de interesse no processo de verificação de dados relativos às informações de acordo com as regras do Auditor Independente e do Código de Ética da Profissão.

SCHMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da
Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa
Ponta Grossa – PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer sem modificação de opinião, emitido em 26/01/2023.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação não é requerida pela legislação brasileira para as entidades sem fins lucrativos. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 02 de fevereiro de 2024.

SCHIMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1



 facebook.com/SantaCasadePontaGrossa  [@santacasapg](https://instagram.com/santacasapg)

 www.santacasapg.com  Santa Casa de Ponta Grossa  42 3026.8000

 Av. Dr. Francisco Búrzio, 774, Centro - Ponta Grossa - PR - CEP 84010-200



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**A Diretoria da
Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa
Ponta Grossa – PR**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Declaramos que não existem assuntos a serem reportados como principais assuntos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós examinadas, conforme parecer sem modificação de opinião, emitido em 26/01/2023.



Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cuja apresentação não é requerida pela legislação brasileira para as entidades sem fins lucrativos. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis,



tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 02 de fevereiro de 2024.

KELLY CRISTINA
LOPES
SCHIMITT:50904752
020

Assinado de forma digital
por KELLY CRISTINA LOPES
SCHIMITT:50904752020
Dados: 2024.02.07
09:12:25 -03'00'

SCHIMITT AUDITORES SS
KELLY CRISTINA LOPES SCHIMITT
CRCRS-2.589 CRCRS 042677/O-1